

Controle de terras na Amazônia

Governo estuda conjunto de medidas para evitar a venda de grandes áreas a estrangeiros

por Raimundo José Pinto
de Belém

Em março, o governo federal deverá anunciar um conjunto de medidas para evitar que grupos estrangeiros adquiram grandes áreas de terras na Amazônia. A informação foi dada ontem em Belém pelo presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Eduardo Martins, após participar de uma reunião com empresários do setor madeireiro e de pesca do Pará e outros estados da região. A reunião serviu para discutir as propostas dos empresários de redução das taxas e serviços cobrados pelo Ibama que estariam prejudicando o setor.

Ao falar aos empresários Martins disse que, apesar de considerar como favorável a entrada do capital estrangeiro, "é estrategicamente inaceitável que as empresas estrangeiras detenham grandes áreas no País". Ele disse que o governo tem recebido manifestações de investimento estrangeiro, como do setor madeireiro da Malásia e outros países asiáticos, inclusive com interesse na aquisição de áreas. "Algumas áreas já foram compradas. Mas da nossa parte não temos interesse que grupos estrangeiros tenham grandes áreas na Amazônia, porque isso envolve o controle do território nacional e problemas estratégicos", disse Martins.

Ele destacou ainda que o preço da terra na Amazônia nunca esteve tão baixo e deverá cair ainda mais com a prática do novo Imposto Territo-

rial Rural (ITR). "Com a disponibilidade de dinheiro que existe em âmbito mundial, áreas muito grandes poderão ser adquiridas". O presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex), Guido Remó, disse não há problema em receber esses grupos, desde que obedecem às regras e leis estabelecidas no País. Ele informou que pelo menos um país, a Malásia, já está negociando investimentos na área de compensados, podendo estabelecer uma joint-venture com uma empresa local ou até implantar uma fábrica nova.

Durante a reunião, realizada na Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), Martins acusou os empresá-

rios madeireiros de investirem pouco na preparação da mão-de-obra do setor e no manejo florestal, informando que 71% dos planos de manejo foram suspensos pelo Ibama porque eram "pura ficção". O advogado Aldebaro Klautau, que assessora algumas empresas madeireiras, em resposta acusou o Ibama de tratar de maneira preconceituosa os madeireiros. "O Ibama usa preconceitos ideológicos para enfraquecer e liquidar o setor madeireiro", disse ele.

A acusação de Klautau foi em razão de algumas medidas tomadas ano passado pelo órgão, como o reajuste excessivo de taxas e serviços cobrados e o decreto que suspendeu novas concessões para

exploração do mogno e da virola, duas espécies nobres de madeira da Amazônia. Segundo os empresários, as medidas foram responsáveis em parte pela demissão de 30 a 40% dos empregados do setor madeireiro, que emprega cerca de 200 mil pessoas na região.

Depois de muita discussão, Martins concordou em suspender a cobrança da taxa de R\$ 6,00 por metro cúbico de mogno e virola para exportação e reduzir de R\$ 10,00 para R\$ 5,00 a guia para transporte de produto florestal, até que seja concluído o trabalho de uma comissão paritária que será criada ainda hoje, com representantes dos empresários e do Ibama.

GM
21-23/2/92
236
A-6